



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Sua Excelência. o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

Sua Referência
S/121/2021

N/Referência
SE/2021/ 89

Data
02/02/2021

ASSUNTO: Requerimento nº 24/XII – PAN/Açores - Violação das disposições aplicáveis ao transporte marítimo de animais no embarque no navio Malena oriundo da ilha das Flores

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado, Pedro Neves, da representação parlamentar do partido PAN/Açores, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, cumpre-me informar V. Exa., o seguinte:

Conforme estabelecido no ponto 1.11 do Capítulo III do Anexo I do Regulamento (CE) n.º 1/2005 do Conselho, de 22 de dezembro de 2004, relativo à proteção dos animais durante o transporte, é permitido que os animais transportados sejam amarrados por cordas em forma de cabeçada, ou outros meios, desde que lhes seja possível deitar, alimentar e beber. Pelo registo fotográfico apresentado foi possível verificar que estas condições estavam devidamente salvaguardadas, bem como a correta separação dos mesmos de forma a salvaguardar a integridade física de todos os animais transportados.

A alimentação e o abeberamento dos animais incumbe habitualmente aos tratadores, mas, por força das restrições sobejamente conhecidas inerentes à atual situação pandémica, o cumprimento dos normativos em vigor relativamente a esta matéria foi assegurado pelos tripulantes do navio, os quais receberam orientações diretas nesse sentido. Sobre este assunto cumpre ainda referir que, segundo a aludida tripulação, os atos de alimentação e abeberamento correram de forma ordeira e com a regularidade recomendada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Com base na aludida declaração dos tratadores, e não sendo possível à autoridade veterinária regional o acompanhamento com elementos próprios dos animais no decurso da viagem, foram feitas diligências no sentido de averiguar o estado dos animais à saída e chegada do navio e mediante contato com os detentores dos animais no porto de destino, não tendo sido detetada nem reportada qualquer situação anómala atentatória do bem-estar animal e/ou incumprimento de legislação em vigor.

Os animais foram acomodados nos contentores em estrito cumprimento do estabelecido no ponto B do Capítulo VII do Anexo I do Regulamento (CE) n.º 1/2005, de 24 de dezembro de 2004, ou seja, por referência à sua densidade, peso vivo e área disponível dos contentores, mediante aferição de técnico devidamente habilitado e com formação específica para o efeito.

De acordo com o já aludido, as funções habitualmente incumbidas aos tratadores foram desempenhadas pela tripulação do navio, tal como reconheceu o técnico que procedeu ao controlo oficial inerente à operação de transporte em apreço. De futuro, é intuito da autoridade veterinária regional prosseguir junto da empresa transportadora no trabalho de aclaração e ensinamento relativamente ao desempenho das funções habitualmente pertencentes aos tratadores.

Neste âmbito, o Governo dos Açores, por intermédio da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, manifesta a sua discordância quanto aos considerandos apresentados pelo Deputado Pedro Neves, nos termos supraexpostos, e em resposta à questão colocada, cumpre informar a V. Exa., o seguinte:

O técnico habilitado, médico veterinário, que realizou o controlo oficial para efeitos de verificação do bem-estar animal no transporte marítimo, nomeadamente no período que precede e no decorrer do embarque dos contentores, constatou que, efetivamente, existiam condições para permitir o transporte dos animais vivos, em cumprimento da legislação em vigor e da necessária salvaguarda do bem-estar animal. De referir ainda que, caso assim não fosse, o embarque não seria autorizado, sob pena de o Governo Regional estar a incumprir de forma grosseira todas as obrigações que lhe incumbem, enquanto garante de direitos assentes na sociedade civil.

Assim, e estando assente que o transporte de animais vivos em apreço ocorreu de forma lícita, cumpre referir que os controlos oficiais previstos no Plano de Proteção Animal – PPA (Plano de Controlo Oficial, baseado na legislação nacional e comunitária, que estabelece os critérios legais a controlar e a quantidade de controlos a realizar por mês/ano), são realizados de acordo com o estabelecido no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de março, nomeadamente no que se refere à sua metodologia, frequência, objetivos e consequências.

De facto, estes controlos foram alvo de auditoria interna pela autoridade nacional e comunitária, tendo sido avaliados positivamente e com distinção.

O PPA não prevê, um controlo sistemático dos transportes marítimos realizados, no entanto, e tendo em conta toda a querela existente sobre a matéria, a Direção Regional da Agricultura, tem contemplado todos os transportes efetuados, sem exceção, com controlos oficiais.

Em suma, as únicas "motivações" da autoridade veterinária regional foram cumprir e fazer cumprir os normativos em vigor.

Com os melhores cumprimentos, *desde amizade - muito pessoal,*

O Subsecretário Regional da Presidência



Pedro de Faria e Castro